

Ficção, ciência, história e a invenção da Brasilidade Sertaneja

Ricardo de Oliveira*

Abstract

At the beginning of the century, the national issue was exhaustively debated and establishing the national identity was a problem for the intellectuals. Among the plans created to complete this blank, the idea that Brazil was born in the *sertão* was an effective myth. This article intends to shed some lights on this phenomenon.

C

ertas palavras do português falado no país aparentemente traduzem a brasilidade. Samba, carnaval e futebol formam a tríade básica desse gênero, significando ao olhar estrangeiro aquilo que singulariza o Brasil, face aos demais povos e nacionalidades. Isto não ocorre somente em relação à percepção externa, pois o brasileiro se reconhece de veras

* PROCULT/IFCS/UFRI.

através dos simbolismos emanados por estes fenômenos. Do mesmo modo, mas em dimensão sociológica bastante diversa, a palavra sertão funciona também como um elemento referencial de auto-identificação e reconhecimento para o brasileiro. Umbilicalmente relacionado às imagens de nordeste, interior e mundo rural, o sertão encarna significados simbólicos de berço da nacionalidade. O conceito de sertão articula-se essencialmente com a idéia de Brasil. Ficção e história imaginaram o sertão tendo *a priori* a crença de que se trata de alguma coisa íntima, genuína, autêntica, de raiz, ou seja, algo realmente brasileiro. Porém, a produção do sertão como símbolo de originalidade do Brasil está intimamente relacionada ao próprio processo de construção do discurso nacional no país. Neste processo, tanto a historiografia quanto a ficção são, cada um à sua maneira, responsáveis pela instituição desta mitologia no imaginário social. Discutir algumas dimensões desta criação simbólica é intenção deste artigo.

Sertão advém do latim *desertanum*, *desertum*, no antigo português *desertão*, isto é, lugar desconhecido, ermo, solitário, seco e não entrelaçado ao conhecimento humano. Sertão também foi imaginado como a terra continental, no sentido que se empregava o vocábulo em Portugal do fim da Idade Média. Com esses significados, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha, e ao longo dos três séculos de colonização, o conceito seria empregado para denominar a *terra ignota* do continente, por vezes lugar sombrio e incompreensível, onde habitava o bugre selvagem e onde se esperava encontrar inomináveis riquezas na América Portuguesa. Em 1711, o Pe. Raphael Bluteau, no *Vocabulário Portuguez Latino* (v. VIII, 1711-1727. p. 612-3), definiu sertão como “*região apartada do mar, e por todas as partes metida entre terras [...] lugar que faz a maior calma*”, conferindo forma sintética à compreensão do conceito. O sentido de continentalidade, porém, será, ao longo do século das luzes, repetido por Fonseca (1977) e Silva (1813), tornando indissociável a relação entre sertão e o interior, o coração das terras, oposto ao marítimo.

A primeira fundação da brasilidade sertaneja ocorreu no interior da literatura romântica. Todavia, não foi tarefa muito fácil aos escritores deste período postular que o sertão seria uma paisagem nacional e o sertanejo, autêntico brasileiro. Isto porque a clivagem básica para a compreensão do que era ou não nacional, no horizonte do imaginário da elite imperial, derivava da idéia de civilização. A partir dela, estabelecia-se quem era ou não brasileiro, excluindo com rigidez os que não eram. A nação somente era concebida na corte e nas capitais de província, que, por sua vez, viviam e inspiravam-se nos padrões culturais da metrópole fluminense e, mesmo assim, no universo da cultura oficial de elite. Fora disso, o que existia era pensado como bárbaro. (Guimarães, 1988)

No século passado, o olhar ilustrado, principalmente dos viajantes, cientistas e cronistas que por algumas destas terras passaram, foi de fundamental importância na produção desta imagem negativa do sertão. Em fins da década de 1820, os naturalistas austríacos Spix & Martius (1981, p. 75) disseram que o sertão era “um mal afanado território”, habitado pelo pior tipo de gente, sem escrúpulos e selvagem. Saint-Hilaire (1938, p. 251-2),

pela mesma época, qualifica o sertanejo de indolente, indigente, preguiçoso, ignorante e supersticioso, reforçando ainda mais a identificação do sertão com os padrões não civilizados de vida.

Claro que estas considerações situam-se na tradição do pensamento de Montesquieu, Buffon, De Pauw e Raynal, onde sertão e sertanejo são compreendidos a partir da completa inversão da forma paradisíaca com que, pelo menos durante os séculos XVI e XVII, o europeu imaginava a natureza do Novo Mundo. O pensamento Iluminista, neste sentido – notável exceção para Rousseau – determinou a mudança de postura. Rompeu-se com a projeção do éden sobre a América (cf. Holanda, 1977), legitimando mais ainda *“a expansão colonial européia, encarregada de difundir as luzes”* da civilização. (Ventura, 1991, p. 22) Além disso, existem as ressonâncias de um problema quase estrutural no âmbito da cultura ocidental: a antinomia quase imemorial entre campo e cidade. (cf. Williams, 1990) O contraste entre as representações sociais e culturais do campo e da cidade são fundamentais à compreensão da história ocidental. Por exemplo, a partir da renascença, como sintetizou Thomas (1989, p. 290), *“a cidade”* passou a ser *“sinônimo de civilidade”*, enquanto *“o campo de rudeza e rusticidade. Tirar os homens das florestas e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-los.”*

Neste sentido, a Corte, a vida urbana, simbolizavam a civilização e a ordem; o sertão, o interior, o mundo rural, o atraso e a ignorância. O relatório do Ministro da Justiça, Paulino José Soares de Sousa, de 1841, *apud* Mattos (1990, p. 34), é perfeita síntese disso. Distinguem-se nele os habitantes do litoral e do sertão, existindo, além do preconceito ideológico evidente, a constatação duma situação real e muito grave: a grande dificuldade encontrada pelo Estado Imperial para implantar suas leis, devido à ação do mandonismo provinciano, sob o domínio da violência dos potentados locais. Vejamos um pequeno trecho deste documento:

Essa população que não participa dos poucos benefícios da nossa nascente civilização, tem falta de qualquer instrução moral e religiosa, porque não há aí quem lha subministre, imbuída de perigosas idéias de uma mal-entendida liberdade, desconhece a força das leis, e zomba da fraqueza das autoridades, todas as vezes que vão de encontro aos seus caprichos. Constitui ela, assim, uma parte distinta da sociedade do nosso litoral e de muitas das nossas povoações e distritos, e por costumes bárbaros, por atos de ferocidade, e crimes horríveis se caracteriza. (p.34)

Na maioria das vezes representava-se o sertão e o sertanejo através do pitoresco e do anedótico ou, como é mais comum, pejorativamente através dos conceitos cultura popular e folclore, estes vistos e compreendidos sempre a partir da exterioridade e afastamento do observador (Oliveira, 1998), corroborando com a imagem negativa criada pelo olhar ilustrado dos viajantes estrangeiros e propalada no imaginário da elite letrada. No entanto, a partir de outro ponto de contato com a filosofia das luzes, o discurso romântico criou também a imagem do sertão como paraíso terreal, seguindo o pensamento de Rousseau, onde o sertanejo passou a encarnar o estereótipo do bom selvagem. De maneira positiva, o sertão era a ressonância do mito da Idade do Ouro. Esta representação a encontramos com clareza em *O Sertanejo*

(1872), José de Alencar, que segue a trilha do programa estético sugerido **tempos antes por Ferdinand Denis, no *Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* (1826)**. Na poesia, versos que deveriam ser revistos com bastante cuidado, são os que Fagundes Varela fez como desagravo à chamada Questão Christie (1863). Neles, o poeta nomeia o sertanejo como verdadeiro herói nacional que deve salvar a pátria imaculada pela insolência do estrangeiro. Todavia, estas construções não seriam o bastante para se instituir em definitivo a brasilidade sertaneja. Agora é inegável que, no âmbito do Romantismo, estabeleceu-se o viés pelo qual ela seria inventada. A geração sucessora trataria de pôr fim ao problema.

Na virada do século, o conceito de sertão contraiu matrimônio com a nação. Época marcada pela hegemonia do cientificismo, propagandeado através da geração de 70 e elevado à categoria de visão de mundo. Aparentemente, seria impossível para o intelectual cientificista conceber o sertanejo como verdadeiro brasileiro. O sertanejo e o povo eram concebidos como problemas. Sujos e bárbaros, eram indolentes e praticamente impediam que o país trilhasse o caminho da civilização. Estes intelectuais queriam “purificar” o país. A ilustração brasileira, conforme sintetizou Barros (1986, p. 9-10), *“se propõe, realmente a ilustrar o país; iluminá-lo pela ciência e pela cultura; a fazer das escolas focos de luz”*. Para o intelectual cientificista, tal como o movimento dos astros ou as combinações químicas, a vida social e os fenômenos psíquicos também são regidos por leis gerais e universais; e a civilização, o progresso e a ciência informam o sentido das coisas e da história. Através deste olhar, procurava-se *“matar a subjetividade, a metafísica, criando um novo homem objetivo, íntegro e comunitário”* (Wehling, 1992, p. 86), que possa efetivamente instituir no país as transformações necessárias à vitória das luzes sobre as trevas. Por isso, soa a princípio absurdo imaginar que no interior desta forma de pensamento deu-se resolução ao impasse criado pelo Romantismo, visto que o cientificismo é certamente uma grande reação a este. Mas como em história é falsa a crença em fronteiras muito rígidas entre formas de organização social e pensamento, realmente foi no interior dos quadros de ferro da visão de mundo cientificista que se processou definitivamente a fusão das idéias de Brasil e Sertão.

Foi necessária a conjugação de alguns fatores para a invenção da brasilidade sertaneja pelos cientificistas. Alguns deles são: o pensamento e a obra de Euclides da Cunha; o processo de recepção e propaganda de *Os Sertões*, bem como o culto euclidiano realizado pela comunidade de leitores-escritores da época e, acima de tudo, a permanência de diversas dimensões do pensamento romântico que possibilitaram a construção intelectual e a crença religiosa na identificação do sertão como lugar da gênese da brasilidade. Relacionados, estes fatores foram, efetivamente, os responsáveis pela vitória desta mitologia eficaz.

A começar pela recepção da obra no interior da comunidade de leitores-escritores brasileiros, desde a primeira edição, viu-se em *Os Sertões* a obra verdadeiramente brasileira, no sentido que hoje a entendemos. O livro, pelo que consta, de fato alcançou enorme sucesso, imediatamente após seu lançamento. Segundo Galvão (1985, p. 21), as três primeiras edições teriam

alcançado a notável marca de seis mil exemplares vendidos, respectivamente nos anos 1902, 1903 e 1905, feito incrível diante de reduzida comunidade de leitores¹. A vida do então praticamente desconhecido engenheiro transformou-se completamente, sendo sua entrada para a Academia bastante rápida. Romero (1954, p. 1941) foi enfático ao afirmar:

Duas cousas o mostravam de pronto: a trama das idéias, onde se sentia o vinco de certas doutrinas sérias acerca de questões brasileiras, e o interesse pela genuína população nacional, a grande massa rural sertaneja, na qual palpita mais forte o coração da raça.

Na avaliação do crítico sergipano, Euclides da Cunha e sua obra são os verdadeiros símbolos da nacionalidade, pois conjugam dois elementos básicos: o uso de "doutrinas" ditas "sérias" sobre o Brasil, isto é, a estrutura narrativa de *Os Sertões* calcada nos pressupostos do imaginário cientificista, e o interesse pela "genuína gente nacional", ou seja, o povo sertanejo. Observemos que, para o crítico, esses dois critérios colocariam por si só o livro e seu autor no altar-mor do pantheon sagrado da nacionalidade. A partir desta tradição, a literatura de caráter genericamente denominado regional seria a representação imediata do nacional.

Outro fator de mitificação foi o verdadeiro culto à personalidade e figura de Euclides da Cunha, principalmente no desenrolar e na vivência do drama que foi a sua trágica morte, que elevou a imagem do escritor à eternidade mítica. O culto à personalidade euclidiana e a crença religiosa no seu legado intelectual inserem-se neste corolário de símbolos e imagens de um país à procura de si mesmo, onde a comunidade que alardeia o culto à personalidade do escritor-herói vive mergulhada nas águas turvas da emotividade mítica. Euclides e seu livro passam definitivamente a ser reconhecidos como símbolos essencialmente brasileiros. O culto a Euclides da Cunha encontrou consubstanciação no grupo de intelectuais, os mais diversos, reunidos em torno do Grêmio Euclides da Cunha e da Revista fundada pela instituição. Com reuniões, inicialmente mensais, mais tarde anuais, entre os anos de 1913 e 1939, sempre a 15 de agosto, estes intelectuais preocupavam-se em preservar a memória e o legado Euclidiano. A Revista servia de canal para a publicação de cartas, escritos inéditos, descrições e lembranças da vida pessoal do escritor, além de lugar para disseminação do culto à personalidade criadora de *Os Sertões*. Em torno de Alberto Rangel, grande amigo do escritor morto, e sob o signo do protesto

1 Os louvores foram imediatos. Veríssimo (1977, p. 45) foi um dos primeiros a marcar que: "O livro, por tantos títulos notável, do Sr. Euclides da Cunha, é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo: de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até o fundo da alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as secas que assolam os sertões do norte brasileiro, venha da estupidez ou maldade dos homens, como a campanha de Canudos". No mesmo sentido, Araripe Junior (1966, p. 92) disse que "Os sertões são um livro admirável, [...] o único no seu gênero, se atender-se a que reúne uma forma artística superior e original uma elevação histórico-filosófica impressionante", contribuindo mais ainda para a sacralização, da obra no contexto das letras brasileiras.

contra sua morte e contra esquecimento que poderia acontecer da sua memória, o grupo se dizia em adoração ao amigo.² De certa maneira, foi sendo incutido na mitologia sertaneja um caráter de predestinação, e Euclides, por ser quem fundou na radicalidade a brasilidade sertaneja, era visto como uma espécie de santo redentor da nacionalidade. Segundo exaltava Rangel (1917, p. 4), *“Os Sertões ensinou o brasileiro a olhar para o Brasil, a voltar-se para si mesmo”*, porque o livro era verdadeiramente o *“nosso primeiro tratado de brasileiroismo”*.

Porém, consideramos que todo este processo de mitificação foi possível porque, de alguma forma, a idéia de sertão ocupava no imaginário destes homens de letras, um lugar privilegiado. Resquício romântico ou algo do gênero, o certo é que no horizonte de expectativa em que *Os Sertões* logrou suas glórias, a idéia de sertão era cada vez mais importante. Construindo a brasilidade a partir do sertão, havia no ar a certeza insofismável de que, como disse Olavo Bilac (ano, p. 180): *“A colonização do Brasil fez-se da periferia para o centro: a sua nacionalização faz-se do centro para a periferia”*, traduzindo precisamente o sentido pelo qual o sertão era compreendido e imaginado como a força motriz da brasilidade, onde a nação nasceu. Veríssimo (1977, p.55), mesmo procurando conter qualquer traço de ufanismo, foi mais um que ratificou esta forma de ver o país, compartilhando com seus contemporâneos o mesmo sentimento, dizendo que:

certamente nos sertões o tipo de primitiva formação brasileira conservou-se mais puro, a primeira tradição nacional se guardou melhor, o sentimento original brasileiro se conservou mais fielmente do que na capital do país e nas mais adelantadas capitais do litoral, ou nas províncias, hoje Estados do Sul.

Há algum tempo afirma-se que por detrás do discurso materialista e racional, característico do pensamento científico do séc. XIX, existe de fato, e de forma muito arraigada, a presença de um espírito romântico e idealista, bem como a marca do sentimento religioso³. Observando as dualidades do momento cientificista, percebemos que a preocupação metodológica de catalogar e anotar os cantos e as poesias populares, oriundos da tradição oral do interior do país, evidencia, em verdade, a completa submissão destes intelectuais à idéia mítica pela qual a cultura popular personifica a verdadeira alma nacional. Assim como Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu, Romero (1977, p. 37) encara determinados elementos da cultura popular, fundamentalmente os relativos às populações interioranas do país, mais

2 Dentre os numerosos adoradores da memória de Euclides da Cunha, presentes nos cultos promovidos pelo Grêmio, dentre outros, anotamos a presença mais constante de Alberto Rangel, Esgrangolle Doria, Roquette-Pinto, Coelho Neto, Afrânio Peixoto, General Cândido Rondón, Viriato Corrêa, Vicente Licínio Cardoso, Eloy Pontes e Menotti Del Picchia.

3 Não podemos esquecer que, sem estes sentimentos, a ciência e a racionalidade jamais se constituiriam em verdadeira visão de mundo, chegando ao estágio de ser criada por um dos mais aguerridos de seus teóricos, Augusto Comte, uma religião cívica da humanidade. Olhando retrospectivamente podemos dizer que em diversos momentos, não muito poucos, a ciência do século passado extrapolou seus balizamentos críticos e virou simples e pura crença afetiva e moral – daí a sua força. Neste momento, ela vai ampliar seu leque de influência e, aos poucos, passará a ordenar o imaginário das camadas letradas.

precisamente do norte e nordeste, como alguma coisa de genuinamente brasileira, pois como ele mesmo diz, *“a inerência do povo e a sua soberania são alguma coisa análoga ao direito divino dos reis e a infabilidade do papa.”* Neste sentido, há consenso na tese de que existe proximidade grande entre os românticos e os defensores do cientificismo no que tange à relação com a cultura popular, enquanto símbolo mor da identidade nacional. Silvio Romero, na entrevista que concedeu a João do Rio (1994, p. 41-2), incluída no Momento Literário, fala com grande nostalgia dos tempos de sua infância roceira no sertão de Lagarto, em Sergipe. Ao longo da conversa, enumera situações e cria imagens idílicas da infância, recordando o contato com a natureza selvagem; vê-se como alguém que teve seu caráter forjado fundamentalmente no clima do sertão, e, por isso, *“tudo que sente pelo povo brasileiro, todo seu brasileiroismo, todo seu nativismo advém deste fato”*.

Inevitavelmente este novo paradigma de inteligibilidade à forma de se conceber e interpretar o país foi, simultaneamente, sentido na historiografia do começo do século. Autores como João Ribeiro, Basílio de Magalhães, Afonso de Taunay, dentre outros, constituíram-se em grandes construtores historiográficos do sertão. Porém, na obra de João Capistrano de Abreu, o grande nome da historiografia do período, encontramos uma elaboração mais sofisticada. Nela, o conceito de sertão foi inúmeras vezes operacionalizado pelo historiador cearense, na intenção de estabelecer nova abordagem sobre a história do país e na busca maior de visualizar a formação histórica do povo, elemento essencial para se ter a nação. Capistrano, a partir de gigantesco trabalho de pesquisa, levantamento documental, exegese e crítica histórica, superou o paradigma estabelecido por Varnhagen e engendrou novos conceitos à historiografia do período.

A recorrência ao conceito de sertão não se operou sem problemas. Nos *Capítulos de História Colonial* e em *Caminhos Antigos e Povoamento*, o conceito aparece várias vezes expressando o que seria a temática central ao processo de constituição histórica do país. Nos sertões, a vida durante os tempos coloniais seguiu um rumo específico, livre dos ditames opressores dos centros de poder, facilitando a constituição do povo brasileiro como algo particular e diferente das matrizes colonizadoras. Capistrano de Abreu ao privilegiar como diretrizes da narrativa de seus trabalhos o sertão e o caminho, imaginava elucidar a origem histórico-social do país estabelecendo, ajustada ao movimento geral de idéias do seu tempo, a brasilidade sertaneja. Para o historiador cearense, o cenário básico da história do povo seria os sertões, principalmente nos três eixos centrais de interiorização, São Vicente, Maranhão e Amazônia, portas de entrada à aventura das bandeiras e da pecuária. Reside nisto o valor diferenciado que o historiador dá ao fenômeno da interiorização. Se, de alguma forma, a nacionalidade fora esboçada na luta contra os holandeses, segundo ainda acredita em parte Capistrano de Abreu (1982, p. 191), a sua forja definitiva deu-se a partir da epopéia sertaneja e da ocupação gradativa do interior da colônia. Dirá ele que

os triunfos colhidos em guerras contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gados animando a

imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população, influíram consideravelmente sobre a psicologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra de criação da identidade local em oposição ao reino.

Notemos que o legado de Capistrano de Abreu, no que tange à legitimação da temática sertaneja no âmbito da historiografia, passou, desde então, a conhecer inúmeros seguidores que ampliaram e formalizaram o sertão como uma categoria central à análise da gênese e formação histórica do Brasil. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo foram, neste ponto, as duas instituições que mais trabalharam para fixação deste novo paradigma historiográfico. Em torno destas instituições, construiu-se uma história do país que fixou o bandeirante como o herói forjado no sertão, fortalecido por este e, por isso, o grande construtor da brasilidade. Alcântara Machado (1943, p. 219-21) deixou páginas que só confirmam essa tese. Leiaamos alguns trechos do capítulo que fecha a obra e se chama, curiosamente, *O sertão*:

O sertão... De espaço a espaço, como teimosia de um estribilho obsidente, com insistência tirânica de um leit-motiv, a palavra parece e reaparece nos inventários paulistanos dos dois primeiros séculos, a denunciar que para o sertão está voltada constantemente a alma coletiva, como agulha imantada para o pólo magnético. Por que o sertão é bem o centro solar do mundo colonial. Gravitam-lhe em torno, escravizados à sua influência e vivendo de sua luz e calor, todos os interesses e aspirações. Sem ele não se concebe a vida...[...] Não há como fugir-lhe. Nele está o destino da raça.

A categoria sertão atingiu sua formalização definitiva, tornando-se verdadeiro lugar comum à historiografia brasileira a partir deste momento. Contar a história do país, de alguma maneira, era contar a história do sertão. A construção da brasilidade sertaneja foi obra coletiva, fruto dos anseios de uma geração que ousou romper com a tradição monárquica e sonhar com uma nação onde, a partir do povo, materializa-se a nacionalidade. Porém, como argumentamos, a primazia no debate sobre a questão deu-se em torno da obra e da figura de Euclides da Cunha. Este processo foi determinante no futuro da cultura letrada do país. Hegemonizou-se a temática de cunho regional e rural sobre a urbana. Enfim, passou-se a ver no sertão a própria nação.

Entretanto, como já assinalamos, Euclides e sua obra situam-se no centro do problema. O escritor-engenheiro guardou, durante toda vida, relação conflitante com o sertão, para não dizer com o Brasil. Ao mesmo tempo conviveram, desde o início, o intelectual militante, o cientista, o político e o homem do sertão, romântico e idealista, conforme chamou atenção Sevcenko (1988). Inúmeros biógrafos e intérpretes da vida literária do período têm acentuado que Euclides foi uma personalidade extremamente avessa ao cosmopolitismo e agitação da Belle Époque carioca – curioso contraste à personalidade de intelectual aferrado defensor dos mais altos ideais do progresso e da civilização. Broca (1975, p. 91-101) dizia que “nessa época em que todo mundo delirava por Paris”, Euclides da Cunha colocava-se

contrário ao padrão de sociabilidade mais vulgar dentre o meio intelectual da época – no pólo oposto em que se situavam, em sua maioria, os chamados boêmios, de um lado, e aqueles intelectuais da qualidade de um Coelho Neto, um Bilac e um Rui Barbosa.

Mas a opção pelo sertão, convivendo com crença na civilização e no progresso, tornavam a consciência do homem angustiada e sombria. Anteriormente discutimos que a imagem mítica do sertão, enquanto elemento de fundação de nacionalidade, como imagem do paraíso terreal, berço da nacionalidade, reduto primordial do homem brasileiro, foi inicialmente construção discursiva da literatura romântica. Em Euclides da Cunha, tal nuance sobrepôs, aninhada com os mais elevados valores do cientificismo. Romântico, buscou um exílio da agitação urbana, uma fuga para a solidão, pois quis viver o tempo perdido. Bastante jovem, a percepção do sertão e da natureza reveste-se de nostalgia e contemplação - traço que aparece num de seus primeiros escritos, pelo que foi possível identificar, intitulado *Em viagem*, publicado em *O Democrata*, de abril de 1889. Há nele, explicitamente, a fala do jovem escritor romântico, discursando sobre a bela e pura natureza, posicionando-se contrário às realizações da sociedade industrial. Leiamos com atenção:

É majestoso o que nos rodeia – no seio dos espaços palpita coruscante o grande motor da vida, envolto na clâmide do dia, a natureza ergue-se brilhante e sonora sublime de canções, auroras e perfumes... A primavera cinge, do seio azul da mata, um colar de flores e um sol oblíquo, cálido, num beijo ígneo, ascende na fronte granítica das cordilheiras uma auréola de lampejos... por toda a parte da vida...; contudo uma idéia triste nubla-me este quadro grandioso – lançando para a frente o olhar, avisto ali, curva sinistra, entre o claro azul da floresta, a linha da locomotiva, como uma ruga fatal na fronte da natureza...

Uma ruga sim, sim!... Ah! Tachem-me muito embora de antiprogredista e anticivilizador; mas clamarei sempre e sempre: – o progresso envelhece a natureza, cada linha do trem de ferro é uma ruga e longe não vêm o tempo em que ela, sem seiva, minada, morrerá! E a humanidade não será dos céus que há de partir o grande Basta (botem b grande) que ponha fim a essa comédia lacrimosa a que chama vida; mas sim de Londres; não finir-se-á o mundo ao rolar a última lágrima e sim ao queimar-se o último pedaço de carvão de pedra...

Tudo isto me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor! (Cunha, 1966, p. 517)

Depara-se com o pensamento de um jovem que, no vigor dos seus pouco mais de dezoito anos, clama contra o assalto do progresso e da industrialização sobre a natureza. O pensamento do jovem Euclides da Cunha ajusta-se perfeitamente ao romantismo de raiz rousseauiana, tanto no que se refere à sua nostalgia da natureza, idealizando harmonia e paz com o mundo natural, quanto ao tom declamatório e retórico, muito comum aos padrões estéticos do romântico. Outro exemplo disto encontra-se nas pequenas, poucas e esteticamente pobres incursões de Euclides pelo campo do lirismo. Aspecto curioso de sua criatividade literária, os poemas escritos por Euclides, que compreendem um período grande de tempo, - 1883, quando

este tinha apenas 17 anos, até 1905, quando já era reconhecidamente o consagrado escritor que mostrara o Brasil para o Brasil –, são um depoimento de uma consciência vivendo o sonho da Idade do Ouro.⁴

Entretanto, o conflito é o que talvez singularize sua personalidade e obra. Ele negou o sertão no âmbito daquilo que imaginava por nacionalidade. O repórter que chegou ao Arraial do Belo Monte não diferia aparentemente em nada dos outros que, como ele, narravam para a gente civilizada do litoral a vitória da República contra o atraso, a doença e a barbárie. Ao conceito de nação que tinha então Euclides alinhava-se a idéia de nação republicana, largamente propagandeada nos primeiros tempos de implantação do regime. Através desta concepção, a nacionalidade materializava-se na construção do regime republicano e com a invenção de um imaginário apropriado à nova ordem que se diferencia da velha, corroborando para o esquecimento dos símbolos ligados à monarquia. Porém, como se tentou demonstrar, do interior desta mesma cultura se erguerá uma outra imagem do sertão. Na linha de frente desta metamorfose encontramos Euclides da Cunha e seu livro, simbolizando o momento mais tenso na inflexão sofrida no interior do imaginário.

A narrativa de *Os Sertões* está completamente mergulhada nos pressupostos do cientificismo. A estrutura do livro, aliás, foi montada a partir do modelo de inteligibilidade fixado por H. Taine (raça, meio e momento); fica estabelecida a disposição narrativa *a Terra, o Homem e a Luta*, marcando a proximidade intertextual entre esses pressupostos científicos. Logo na *Nota Preliminar*, quando escreve que “*A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável força motriz da história que Gumpłowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes*”⁵; podemos perceber sua crença no progresso, na civilização e na ciência do século XIX. O trecho recortado enuncia uma perspectiva essencialmente teleológica, fundamental à visão de mundo cientificista.

A construção da espacialidade brasileira no cenário sertanejo, o sertão-deserto do nordeste, foi um processo intelectual dos mais complexos, visto que, dentre outras coisas, incorria na necessidade de se superar o modelo de análise mesológica imposto, principalmente, a partir das obras T. Henry Buckle e Ratzel. Apesar da polêmica e de vários intelectuais, tais como Silvio Romero, não aceitarem por completo essas matrizes intelectuais, é evidente a enorme influência que pequena passagem do livro *History of Civilization*

4 Vejamos, por exemplo, essa poesia, cujo tom e temática se aproximam em muito do artigo acima. Composta em 1883, chama-se *Eu quero*. “*Eu quero à doce luz dos vespertinos pálidos/Lançar-me, apaixonado, entre as sombras das matas/- Berços feitos de flor e de carvalhos cálidos/Onde a poesia dorme, aos cantos das cascatas../Eu quero ai viver - o meu viver funéreo./Eu quero ai chorar - os tristes prantos meus../E envolto o coração nas sombras do mistério./Sentir minh’ alma erguer-se entre a floresta de Deus!/Eu quero, da ingazeira erguida aos galhos úmidos./Ouvir os cantos virgens da agreste patativa.../Da natureza eu quero, nos grandes seios úmidos/Beber a Calma, o Bem, a Crença - ardente e altiva./Eu quero, eu quero ouvir o esbravejar das águas/das asp’ras cachoeiras que irrompem do sertão../E a minh’alma, cansada do peso atroz das mágoas,/ Silene acometer no colo da solidão” (Id. ibid. p. 631)*

5 Id. ibid. p. 93.

in England exerceu nas cabeças de vários dos grandes intelectuais do período. Capistrano de Abreu, inclusive, confessou que a leitura deste livro fora essencial à sua formação intelectual e posterior interpretação da História do Brasil. Há neste trecho a afirmação de que, devido ao clima e natureza tropical, jamais seria possível incluir a terra e o homem de cá nos trilhos do progresso e da civilização. Acreditar nesta sentença significava, seguramente, conviver com a angústia e desolação, por vezes patética, de que a civilização nunca medraria na *terra brasílica*. Portanto, conceber a natureza brasileira e, a partir dela, a nação, com uma espacialidade própria e distinta, era tarefa das mais delicadas.⁶

Mas a paisagem sertaneja projetada em *Os Sertões* possibilitou superar este determinismo. Para além da nomeada *terra ignota*, o sertão é construção simbólica pela qual temos o cenário do martírio e da subsequente redenção. De certa forma, há nela a presença de um sentido profundamente bíblico implícito à sua maneira realista de descrevê-la. O sertão imaginado na primeira parte do livro é, fundamentalmente, a terra da provação e do desafio: “o martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da vida”⁷, diz o famoso fecho do primeiro capítulo.

A imagem do deserto bíblico é percebida no sertão imaginado por Euclides, neste processo de invenção de uma paisagem nacional. Substancialmente distinta das paisagens projetadas até então pela tradição romântica, a impressão que se tem é a da completa lentidão e imobilidade temporal. Vejamos:

Ajusta-se sobre os sertões o cautério das secas; esterilizam-se os ares urentes; empedra-se o chão, gretando, recrestado; ruge o Nordeste nos ermos; e, como um cilício dilacerador, a caatinga estende sobre a terra as ramagens de espinhos ...”⁸

O cenário sertanejo é a realidade crua do sacrifício, os “*rudes patrícos que por ali se agitam*”⁹, vivendo o esquecimento e o descaso imposto pela nação, sob as intempéries de clima abrasador aniquilando pouco a pouco a chance de civilização, representariam a grande pergunta a ser respondida: como uma gente como esta resistiu tanto ao poderio do exército? A resposta, apesar de já sugerida em alguns momentos na primeira parte do livro, vem no decorrer dos dois capítulos seguintes.

Em *O Homem*, Euclides quis estabelecer a imagem do homem nacional. Sem dúvida, é esta a parte mais contraditória e complexa do livro. Primeiro

6 Buckle (1900, p. 89) após elogiar muito a suntuosidade da natureza existente no Brasil, repetindo falas como a de Buffon e Raynal – pesquisando em fontes como Gardner, Spix, Martius, Darwin, Southey, etc. – colocou em grande aporia aqueles intelectuais brasileiros crentes no determinismo geográfico e climático, ao dizer que: “Tais são a efusão e abundância vitais que distinguem o Brasil entre todos os países do mundo. Porém, no meio desta pompa, deste esplendor da natureza, não há lugar para o homem. Fica reduzido à insignificância pela majestade que o cerca. Tão formidáveis são as forças que se opõem, que nunca pôde fazer-lhes frente, ou resistir à sua imensa pressão. Todo Brasil, apesar das grandes vantagens que parece possuir, tem permanecido sem a menor civilização. Seus habitantes são selvagens errantes, incapazes de combater os obstáculos que a própria natureza espalhou em seu caminho”.

7 Cunha. op. cit. p. 136.

8 Id. ibid. p. 120.

9 Id. ibid. p. 115.

porque, oriunda das conjecturas do primeiro capítulo, a questão do determinismo mesológico era o substrato analítico de onde parte a análise, em segundo lugar, porque agora entra em cena outro problema a ser superado pelo escritor, isto é, o problema do determinismo biológico, fruto das teses racialistas desenvolvidas e amplamente propagadas nesta época.

Euclides partia da certeza de que não havia no país unidade de raça e que – lamentando! – “talvez, não a teremos nunca”¹⁰, pois, “não há um tipo antropológico brasileiro”¹¹. Por esse caminho, e pensando nos matizes impostos pelas teses racialistas, a mestiçagem derivada desta constatação aumentava o drama de Euclides. País de mestiços nunca alcançará a civilização. Todavia, neste ponto ocorre que Euclides, ao realizar o mapeamento dos tipos de mestiços existentes no país, estabelece distinção qualitativamente fundamental, separando os mestiços do litoral e os do sertão, colocando-os sob óticas diferentes, afirmando a superioridade do mestiço do sertão em relação ao existente no litoral. Notemos que há, neste trecho de *Os Sertões*, gigantesco esforço de se subverterem as teses científicas que negavam qualquer possibilidade de avaliação positiva sobre o fenômeno do cruzamento de raças. Não nos esqueçamos de que a visão negativa sobre o mundo americano era já bastante antiga, mas no século XIX, calcadas em depoimentos como os do casal Agassiz, ou de Artur de Gobineau, foram amplamente propaladas pela intelectualidade da época. Como bem lembrou Schwarcz (1993, p. 36), estas referências sobre o Brasil causavam enorme desconforto à intelectualidade, quando da aplicação destas teorias raciais à realidade do contexto local. E se a questão racial era um dos critérios, senão o mais importante, um dos mais significativos para se estabelecer a identidade nacional, foi realmente um trabalho intelectual bastante difícil superar a carga pejorativa imposta pelo olhar europeu sobre a questão racial.

O mestiço do litoral – identificado fundamentalmente com o mulato, fruto do cruzamento entre brancos e negros – foi imaginado como o mestiço degenerado e fraco, e por esse motivo, inevitavelmente, fadado a desaparecer. Enquanto que, fruto de um processo histórico distinto, o ser híbrido formado sob o sol dos sertões interiores da terra, do Amazonas até o sul, adquirira ao longo dos séculos uma feição própria, distinta e positiva. Por certo, há nesta colocação a presença de uma tese essencialista pela qual a compreensão do fenômeno da originalidade do sertanejo se coloca na função da possibilidade de surgimento de uma raça diferenciada das demais, que, através do embate com o meio, fez-se forte. E contrariando as teses raciais vigentes, dirá: “O sertanejo é antes de tudo um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”¹².

As descrições dos tipos sertanejos, ao lado de seus hábitos singulares, faz ver em Euclides a tentativa de, como um antropólogo, realizar a decodificação de uma cultura à outra. E mesmo as avaliações, inevitavelmente cépticas da religiosidade popular existente no sertão, não removeram no escritor a possibilidade de afirmar que nos sertões estavam os verdadeiros brasileiros,

10 Id. *ibid.* p. 140.

11 Id. *ibid.* p. 153.

12 Id. *ibid.* p. 170.

pelo menos em forma embrionária, carregando dentro de si a responsabilidade de fazer a nação. Por este motivo, ocorre verdadeira inflexão na forma pela qual Euclides até então via o problema da Rebelião de Canudos. Embora não muito claramente, este trecho já se coloca no sentido de desmitificar a imagem que a propaganda republicana fizera de Canudos:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que pejejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço de nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos.¹³

A ação mitificadora da idéia de sertão no decorrer da narrativa conduziu o cientista-narrador a dizer que o sertanejo, *"aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade"*¹⁴. Isto porque o esquecimento que lhe impôs o litoral, ao longo de quatrocentos anos, agiu de forma positiva sobre o sertão, conservando sua gente imersa na pureza cosmogônica, denotada pelo mito da idade do ouro. O sertão é assim o lugar do esquecimento, onde a brasilidade forjou-se protegida da degradação e estrangeirismo do litoral. Esta mitologia configura-se, portanto, segundo Girardet (1987, p. 113), como representação do *"sonho rural, a arcádia, a terra, fonte redescoberta de toda verdade e de todo renascimento"*; estruturando-se a partir da visão *"em torno da qual ele é um passado exemplar, onde o contato imediato com a terra protege o homem da degradação do tempo, associa-o aos grandes ritmos da natureza, assegura-lhe as condições de uma vida autêntica, liberta de toda falsa aparência e de todo subterfúgio"*. Neste sentido, o sertanejo – por assim dizer, o homem do campo – é concebido como alguém que *"conhece a exata medida do tempo, do qual cada gesto comporta uma plenitude de significação, e sabe por instinto o que pertence ao domínio das realidades essenciais"*. Por isso, a partir da oposição estrutural entre campo e cidade, surge, neste contexto, perfeito exemplo de como estes significados de pureza e essencialidade ligaram-se ao conceito de sertão naquele período, pois enquanto as cidades do litoral eram imaginadas como sombrias e promíscuas, elementos que impossibilitavam a construção da brasilidade, o esquecimento que o país impunha ao sertão fora, de certa forma, benéfico pois gerou condições de que, sob o sol sertanejo, se forjasse uma gente original.

No sertão o tempo corre de outra forma, com outro ritmo e dimensão. É um tempo imobilizado. Tempo das origens cosmogônicas e imemoriais da nação. Euclides fez, explicitamente, referência a esta perspectiva de temporalidade imóvel, ao escrever que no sertão

13 Id. ibid. p. 231.

14 Id. ibid. p. 161/170.

*Tem-se a sensação esmagadora de uma imobilidade do tempo. A terra realiza a sua rotação eterna, os dias sucedem-se astronômicamente, mas mudam aqui. Parece que é o mesmo dia que se desdobra sobre nós - indefinido e sem horas - interrompido apenas pelas noites ardentes e tristes. E quando o sol dardeja alto, ardentíssimo num céu vazio, tem-se a impressão estranha de um spleen mais cruel do que o que se deriva dos nevoeiros de Londres; spleen tropical feito da exaustão de um organismo e do tédio ocasionado por uma vida sem variantes.*¹⁵

Neste sentido, *Os Sertões* insere-se na longa tradição intelectual na qual o mito da idade do ouro e a esperança correlata do fim redentor do milênio estão presentes, conforme podemos encontrar nas mais diversas tendências do pensamento oitocentista, de Comte até Marx¹⁶. Euclides imagina o sertão possuindo outro ritmo e dimensão temporal, ao contrário de outras formulações do milenarismo que, segundo o historiador alemão Koselleck (1989), apresentam uma percepção acelerada e encurtada do tempo. Na interessante analogia que desenvolveu entre a concepção de tempo que há no texto milenarista cristão da *Sibila Tiburtina*, do séc. IV d.C., e a secularização da noção tempo presente em textos contemporâneos à Revolução Industrial, há verdadeira aceleração da percepção temporal.

No ermo do sertão, o tempo é lento, quase imutável. Neste lugar houve a gestação do primeiro e puro brasileiro, aquele que, como Adão, foi a árvore progenitora de todos os outros homens. O sertão, curiosa e contraditoriamente, firma-se como uma espécie de paraíso perdido. Além disso, sua imagem desertificada, transforma-o no lugar das provações e martírios sem igual. O homem gerado ali é um ente quase sobrenatural, um homem sublime. Como sinalizou Raoul Girardet acerca das mitologias da Idade do Ouro, podemos dizer que o sertanejo passou a encarnar o "sonho da limpidez, de comunhão, de efusão e de harmonia", revelado através do desejo onírico de se alcançar a justiça e a paz, que habitam a terra prometida. O sertão configura-se como ressonância da busca pela terra prometida, que em fórmula retrospectiva pode ser imaginada como o sonho pelo paraíso perdido. Um "*sonho de permanência - de um tempo solidificado, cristalizado*", isto é, assim como na fábula do Capitão Gancho, o sertão é lugar mágico, um "*mundo onde os relógios estão parados*".¹⁷

O mais significativo neste processo hermenêutico é que ele permaneceu em aberto, possibilitando-nos, assim, inúmeras reavaliações. Se pelo caminho da ciência do século XIX, *Os Sertões* encontra-se preso às amarras de uma visão de mundo marcada por avaliações negativas sobre a terra e o homem do Brasil, pelo caminho do simbolismo mítico, com um substrato essencialmente romântico, mesmo não declarado, mas parte integrante do imaginário de sua geração, ele supera os preconceitos e institui novas interpretações às teorias

15 Id. *ibid.* p. 541.

16 Ver: Delumeau (1997), Castoriadis (1982).

17 Girardet. *op. cit.* p. 129.

cientificistas vulgarizadas na época. O sertanejo é forte porque conjuga na sua constituição histórica alguns fatores singulares: a reação ao meio arredio, a purificação existencial, resultado do martírio secular da terra e do isolamento de sua formação sócio-histórica e, o mais importante de tudo, encarna, de certa forma, como fruto de uma concepção romântica presente no livro, o estereótipo do bom selvagem rousseauiano, discutido anteriormente. *Os Sertões*, mais do que um livro em si, é o melhor exemplo da consciência partida de uma geração na busca de sua identidade de povo e nação. Se em 1897, Euclides da Cunha chegou ao Arraial de Canudos como mais um repórter, preso às visões civilizadas do litoral sobre o sertão, o confronto com a trágica realidade dilacerou internamente o escritor, transformando o livro em um manifesto a favor da memória dos heróicos seguidores do Conselheiro, afirmando a existência de uma brasilidade sertaneja, enquanto algo essencial à formação histórica do Brasil.

Em suma, a invenção da brasilidade sertaneja fez parte de um processo cultural, onde o conceito de sertão teve sua estrutura de significados invertida. Da negação ilustrada, chegando ao paraíso romântico e o deserto do final do século XIX, entre uma representação idílica e uma percepção dramática da realidade do norte e nordeste, a idéia de sertão no Brasil veio a se identificar com os anseios de mais de uma geração de intelectuais empenhados em dizer onde o país era mais verdadeiro – onde o Brasil era mais Brasil. No transcorrer da vida, Euclides viu o sonho rural invadir sua consciência de cientista, transformando o sertão em símbolo de paz e exílio espiritual. Euclides da Cunha (1997, p. 347) em carta a José Veríssimo, a 7 de julho de 1907, dizia que não *“desejava a Europa, o Boulevar, os brilhos de uma posição”*, desejava *“o sertão, a picada malograda, a vida afanosa e triste de pioneiro”*.¹⁸ De certa forma, o idílio sertanejo, para além de representar uma crença no mito da identidade nacional foi, para o escritor-engenheiro, a possibilidade de superar a angústia que sentia com seu tempo, com a República que não foi e, acima de tudo, consigo mesmo. Euclides quis encontrar a salvação, para si e para o Brasil, em alguma vereda do grande sertão.

Por certo, toda crise ideológica vivida pelos intelectuais brasileiros da virada do século e a sacralização do sertão como um lugar privilegiado de construção da identidade nacional, criaram no plano do imaginário a crença, formalizada nas representações de um sertão pacífico e pitoresco, de que o sertanejo é sempre dócil e puro. A cultura literária brasileira nas décadas do chamado pré-modernismo praticamente esgotaria o tema, que só conheceu uma mudança de enfoque a partir dos anos trinta, com o romance regional, assumindo de forma mais crítica a análise do drama social dos interiores do país. E nos anos cinquenta, com o romance de João Guimarães Rosa, a sua elevação ao status de universalidade criativa marcaria uma completa alteração de perspectiva. Porém, como substrato básico a todo este viés da cultura literária do país, entre a ficção, a ciência e a história, inventou-se a brasilidade sertaneja.

18 Cunha (1997, p. 347).

Referências Bibliográficas

- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo: EDUSP, 1986.
- BILAC, Olavo. Discurso em resposta à recepção de Afonso Arinos na Academia Brasileira de Letras, em 18 de setembro de 1903. In: op. cit. p. 180.
- BLUTEAU, Pe. Raphael. *Vocabulário Latino Portuguez*. Lisboa: Oficina de José António da Silva/Imprensa da Academia Real, v. VIII, 1711-1727.
- BROCA, Brito. *Vida Literária no Brasil - 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.
- BUCKLE, Thomas Henry. *História da Civilização Inglesa*. São Paulo: Tipografia da Casa Eclética, v. I, 1900.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CUNHA, Euclides da. Carta a José Veríssimo, 7 de julho de 1907. In: —. *Correspondências de Euclides da Cunha*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- _____. Em Viagem. In: —. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: José Aguilar Editor, 1966. v. I.
- DELUMEAU, Jean. *Mil Anos de Felicidade. Uma História do Paraíso*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FONSECA, José Pedro da. *Dicionário Portuguez e Latino*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1777.
- GALVÃO, Walnice N. Apresentação. In: Cunha, Euclides da. *Os Sertões*. Edição Crítica. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GIRARDET, Raul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico e o Projeto de uma História Nacional. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV- CPDOC, n. 1, p. 5-27, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- JUNIOR, Araripe. Os Sertões. In: —. *Obra Crítica*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, v. III, 1966.
- KOSSELCK, Reinhart. *Accelerazione e Secolarizzazione*. Napoli: Istituto Suor Orsola Benincasa, 1989.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- OLIVEIRA, Ricardo de. *Sertão e Nação: Euclides da Cunha e a Construção da Brasilidade Sertaneja*. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado) – PPGHIS/IFCS/UFRJ.
- RANGEL, Alberto. Folheando os Sertões. *Revista do Grêmio Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Tipografia Aurora, 1917.
- RIO, João do (Paulo Barreto). *Momento Literário*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Livro, - Fundação Biblioteca Nacional, 1994.
- ROMERO, Silvio. *Estudos Sobre Poesia Popular no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- _____. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, v.V, 1954.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, v. II, 1938.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- SILVA, António de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, v. II, 1813.
- SPIX & MARTIUS. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, v. II, 1981.
- THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- VERÍSSIMO, José. Campanha de Canudos. *Estudos de Literatura Brasileira 5ª Série*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.